

peça 28 de Julho Parecer N.º 77
da Comissão do Ultramar sobre o projecto
de lei N.º 35. C.

A Comissão do Ultramar examinou com
todo o cuidado o projecto de encanar as agoas
de húas fontes chamadas do Rabacal, e outras
que lhes estão contíguas na origem da Ribeira
da Janella na Ilha da Madeira apresentado
a esta Camara polo Exmo Sr. António Mano-
el de Noronha Chefe de Esquadra da Armada
Real, e convertido em projecto de lei pelo Sr.
Deputado Ferreira Pestana, e he de parecer que
se deve adoptar o projecto e authorizar a Fazem-
da Nacional daquella Ilha a dispendar com
adita obra a soma de 15.640\$000, r.º constante
do Orçamento.

- 1º Por que ella vai facilitar a cultura de muitas
terrás que sem estas agoas de réga, ou de todo
não existiria, ou seria mui mesquinha e preeca-
ria. -
- 2º Por que mesmo nos já cultivadas melho-
rará e ampliará muito a cultura que já

existia, principalmente pelo que respeita á producção de cereaes, vindo por isto a diminuir a importação dos cereaes estrangeiros de que tão dependente está a subsistencia daquella Ilha.

3º Por que vai empregar na execução de húa obra tão útil braços desocupados tirados das classes mais indigentes em huma época em que tão difficult he achar emprego que os tire da miseria em que gemem, vindo a obra por todas estas raroës a felicitar os povos de muitas pre-
-gúrias em particular, e os de toda a Província em geral. -

4º Por que a despesa não he perada á Fazenda, pois he de húa quantia de nenhum modo su-
-periör ás forças do thesouro da Ilha; que tem de ser despendida gradualmente, e que em breve reverterá em beneficio do mesmo thesouro, pelo maior numero de productos que vai crear sobre os quaos poderão recahir as contribuições legaes.

5º Por que esta obra he o meio mais efficaz de affeçoar os povos daquella parte da ilha ao Governo da Rainha e da Carta, por ser hum be-

beneficio de huiā natureza palpavel, que ainda as mais curtas comprehensões são capazes de reconhecer, e como tal o melhor monumento com que na mesma ilha se possa eternizar a memoria de hum Heroe, que duas vezes nos restituio nossas liberdades, e que tanto se esmerou pela prosperidade dos Portuguezes em todas as partes da Monarquia.

Todas estas raroës se patentearão com a maior evidencia pelos documentos relativos á obra que acompanhaõ o Projecto, e pela planta, Mapas e Orçamento della, executados por hum habil official de Engenheiros acompanhado de outras pessoas peritas, e debaixo das ordens e inspeccão do Governo na epoca de 1822-23.

A Comissão poren he de opinião, que a parte da despesa que respecta a lapide ou piramide de que trata o projecto deve, por sua natureza, ser deixada a subscripção voluntaria dos habitantes da Provincia, que não quererão de certo ceder aos outros Portuguezes

em sentimento tão nobre como o da gratidão.

A Comissão julga também, que a no-
meação da pessoa para dirigir a obra, conser-
vação della, e repartição das agoas, são pro-
postas na lei pela maneira mais conforme
á indole dos povos da ilha e aos usos e prati-
cas nella seguidas, e ao mesmo tempo as mais
proprias a combinar os interesses que depen-
dem de conhecimentos locaes com a accão
da Authoridade Superior da Ilha; e final-
mente, que o excedente do rendimento das
agoas he destinado a dois dos mais impor-
tantes objectos, quaes são, os gados para
animar a cultura dos novos terrenos, e
aconservação e plantação dos Arvoredos
tão recommendados desde o Reinado do
Snr D. Manoel, com as quaes está, a
muitos respeitos, essencialmente ligada
a prosperidade da Ilha da Madeira;

mas que estão hoje em tal decadencia
que sem as mais vigorozas providencias pro-
longaraõ as ruinosas consequencias que já
perceão sobre a mesma Iha. — Sulla da
comissão de Ultramar Novembro 24 de 1834

Lorenzo J. Moura

Antônio José d'Orla

J. Antônio Almeida Ferreira d'Atouguia
Francisco e Joaquim da Costa Lobo e Melo.

J. Fernandes Bertanez

António Luiz de Seabra

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

Artigos do Requerimento do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Antonio Manoel de Noronha, Chefe d'Esquadra d'Armada Nacional; os quaes o Deputado Pestana converteu em

PROJECTO DE LEI N. 55. C.

ARTIGO 1.^o

A Fazenda Nacional da Ilha da Madeira é auctorizada a dispender dezoito contos de réis, para serem empregados no encanamento das fentes, chamadas do Rabaçal, e outras, que lhes são contiguas na origem da Ribeira da Janella da mesma Ilha.

ARTIGO 2.^o

Estas aguas encanadas constituirão uma Levada, a qual se ficará chamando LEVADA DE D. PEDRO QUARTO. E no alto do monte da cóva da Levadinha por cima da parte, onde este deve ser furado para dar passagem ás aguas, se levantará uma Pyramide Triangular de mármore, sem mais ornato, que estas inscrições; cada uma das quaes será posta em cada lado da Pyramide:

1.^a

LEVADA DE D. PEDRO QUARTO.

2.^a

Desprezou o fasto e a grandeza.

A Beneficencia fez suas delicias,
Conservemos seus principios.

3.^a

Para felicidade publica,
Sacrificou sua existencia.
Póvos! Abençoai sua memoria!

ARTIGO 3.^o

Será nomeada uma Comissão de dez Membros; quatro nomeados pela Camara da Villa da Calheta, quatro pela Camara da Villa da Ponta do Sol; e dous por quem exercer a superintendencia das aguas, que estava confiada aos Governadores e Capitães Generaes.

§. 1.^o Esta Comissão terá a seu cargo a mui difficil escolha da pessoa, que deve ser encarregada de dirigir a Obra.

§. 2.^o Determinar o sitio, onde deve principiar, e por onde deve continuar a regar a Levada; preferindo sempre as terras de semeadura desde as mais altas, que se poderem regar, ás plantadas de vinha, ficando tudo sujeito á approvação da Auctoridade Administrativa da Ilha.

§. 3º Propôr o tempo da rega, que deve arbitrar-se a cada alqueire de terra (medida da Ilha); e o numero de dias, que deve durar cada giro; o que será inalteravel, logo que a proposta fôr approvada pela sobredita Auctoridade.

ARTIGO 4º

Quando porém sobre qualquer d'estes objectos se suscitarem grandes duvidas, a mesma Auctoridade irá ao sitio em questão, convocará allí as pessoas, que componzerem as sobreditas Camaras, os homens bons dos respectivos Districtos, e as pessoas da Comissão; e depois de ouvir a uns e outros, decidirá, como lhe parecer mais util e dará parte de tudo ao Governo de Sua Magestade.

ARTIGO 5º

Logo que a Levada entrar em giro, as suas aguas serão vendidas, assim como o são as possuidas por particulares, mas por preços modicos, com tanto que cubram os gastos do custeio annual da Levada, e deixem um excedente para ser empregado na compra de gado *vaccum* para fornecer os lavradores, que forem cultivar novos terrenos, conforme cada um podér criar. E, depois, será o mesmo excedente applicado pela Comissão em dar emprêgo aos homens desoccupados; empregando-os na plantaçâo e conservação dos arvorêdos, nas serras, e na abertura e melhoramento de estradas.

José Ferreira Pestana,

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ARQUIVO HISTÓRICO ARMANDAR

Constituição das províncias

Portugal Vencida em 1822

ARTIGO 6º

Em nome da mesma auctoridade que o governo da província de des Membrões; desto modo que
nos quais os Vales das Cidades, desto bem Quanto as Vales das Cidades
is so for; o que por dizerem serem a excepção das províncias, da
estava constituida nas províncias o Capítulo Geral.
O T. Pela Ordem que teve a seu cargo a mai d'elles se coube de
bezess, que deve ser exercitado no d'ellos a Opere.
E. D'estimular o ellos, que deve ser exercitado, e bem onde deva
continuar a fazer a travessas; haverão de ser feitas as terras de empregadas
deve se fazer isto, que se haverão feitos, e aíás das vales, e
que fôr feito a abertura da Auctoridade que